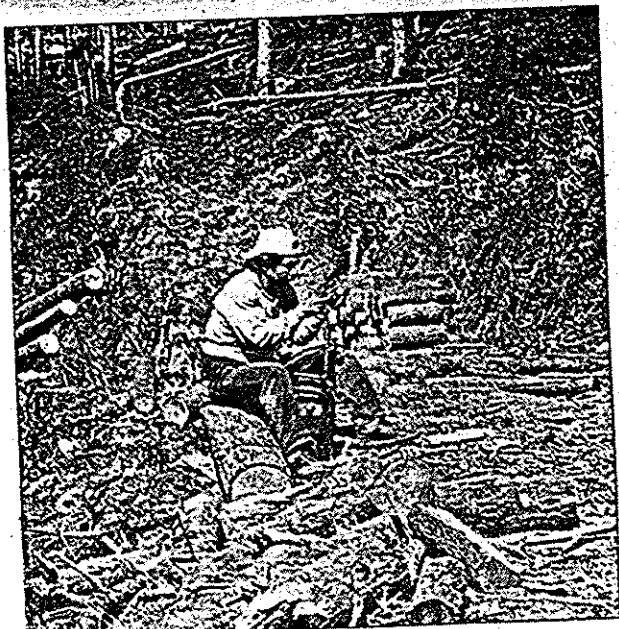


# Índios desmatam para vender madeira

Produto é comprado por madeireiras

CARLOS SILVA



AFIADOS Brancos com suas motosserras ajudam a devastar

**B**lumenau — Uma área de aproximadamente 200 hectares de reflorestamento está sendo desmatada por mais de 1,3 mil índios. Num vôo aéreo é possível perceber o claro que está sendo feito num entrocamento entre Doutor Pedrinho, Taópolis, José Boiteux e Vitor Meirelles. Além disso, o comércio ilegal de pinus há muito está ocorrendo às soltas sem qualquer intervenção da Justiça ou da polícia.

Os índios dizem que estão dentro de uma área pertencente à reserva e admitem o corte e o transporte ilegal de madeira. "Não temos nota fiscal e por isso vendemos a carga abaixo do preço praticado por outras madeireiras", conta Edu Pripra, que fala pela tribo na ausência do cacique Alfredo Paté.

Uma carga de pinus é vendida pelos índios por R\$ 300,00 e para driblar a fiscalização, os motoristas usam notas de outras madeireiras, que vendem suas cargas por R\$ 400,00. "Estamos perdendo dinheiro", reclama Pripra.

A legalização da madeira só vai ocorrer depois que a Justiça determinar a quem pertence os 200 hectares em discussão. Para deixar as áreas, é preciso um levantamento completo do lugar, com um inventário dos bens indígenas. "É preciso contar árvore por árvore", esclareceu o procurador da República João

Marques Brandão Neto, de Blumenau, pra depois saber quem está com a razão.

A Procuradoria Geral da República liberou R\$ 11,6 mil para realização do trabalho. Mas tudo está parado na Funai de Brasília que há um mês deveria liberar um antropólogo e um engenheiro para fazer o levantamento e providenciar o inventário. "Acho que esta semana sai um resultado", aposta o administrador regional da Funai de Curitiba, Sérgio de Campos.

Desemperrando a questão judicial, que já se arrasta há mais de 30 anos, fica definido de quem é a área. Celso Berti, de Timbó, reclama a posse da propriedade e se desanima com o desgaste causado pela briga com os índios. Para ele, há um temor das autoridades em tocar na questão.

## FISCALIZAÇÃO

A Polícia Ambiental bem que tentou frear a ação dos índios no corte da madeira mas como não havia amparo para realizar a fiscalização, os policiais desistiram. As atenções estão direcionadas apenas à área de sassafrás, que é uma reserva estadual. "Qualquer providência deve ser tomada pela Funai", repassa o comandante do grupamento da Polícia Ambiental do 10º

Batalhão da Polícia Militar, tenente PM Jorge Luiz Heckert.

A Polícia Ambiental não consegue entrar no acampamento dos índios para impedir o desmatamento. A última vez que os policiais tentaram, os Xoclengues reagiram e ameaçaram atacar se houvesse insistência. Nem mesmo fotografias foram feitas.

"A ordem era não entrar em conflito com eles", lembrou o tenente PM Jorge Luiz Heckert. Depois disso, a ambiental fez vistas grossas ao corte promovido pelos índios. Em contrapartida, os policiais têm endurecido na fiscalização da carga de madeiras.

Para driblar os fiscais, os motoristas têm evitado a rota que pode cair na barreira da polícia. Estradas alternativas em direção a Taíópolis, Vitor Meirelles e São Bento do Sul passaram a ser utilizadas. "Se passarem por Timbó nós pegamos", avisa Heckert.

O comandante da Polícia Ambiental ressalta que mesmo sendo uma floresta exótica, é preciso ter licença para derrubar madeira. Heckert vai mais longe ainda ao duvidar que os índios façam reflorestamento da área. "Sem incentivo do governo não têm como eles fazerem isto", acrescenta. A saída será remarcar a área e providenciar o inventário. "Aí acaba a história", resume o procurador Brandão.

## Para a Justiça, atitude dos xoclengues é crime de furto

Enquanto a Funai não se decide sobre a demarcação da área indígena, a tribo dos índios Xoclengue segue colocando para baixo cargas de madeiras com a ajuda de madeireiros. Motosserras e tratores funcionam diariamente nas derrubadas. A devassa é tão grande que até poste de iluminação elétrica foi colocado no acampamento para auxiliar possivelmente no trabalho à noite.

Para tornar as derrubadas mais ágeis são utilizados quatro tratores e cavalos para transportar a madeira e facilitar a vida de quem está empenhado no trabalho de corte. Edu Pripra lembra que há intenção em legalizar a área para aumentar a comercialização. "Podemos pular de quatro para dez cargas por dia", calcula.

Pripra fala de um projeto de reflorestamento que prevê 30 mil pés de pinus para oito

hectares. A médio prazo, existe a intenção de fazer um reflorestamento de cem mil pés de árvores. "Estamos repondo o que está sendo derrubado", se justifica o índio.

Aos olhos das Justiça, o desmatamento promovido pelos Xoclengues é um crime de furto e eles até poderiam ser presos por isso. Só que para seguir a lei é preciso fazer algumas análises judiciais. "Tem que ver se são integrados", observa o procurador da República, João Marques Brandão Neto.

Para serem integrados, os índios devem estar adaptados à cultura do branco. Caso seja confirmada a adaptação, o crime é julgado pela Justiça. O julgamento não ocorre se o grupo for considerado isolado ou em vias de integração. No caso dos Xoclengues, somente um antropólogo pode definir. "Agora é esperar", resume Brandão. (CS)